RIO BRAVO

RELATÓRIO GERENCIAL DA **GESTÃO RBIF11**

Rio Bravo ESG IS FIC FI Infra RF CP

Setembro 2025

INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO

OBJETIVO DO FUNDO

Investir preponderantemente em cotas de FI Infra, que investirão preferencialmente em debêntures de infraestrutura e ativos incentivados que se enquadrem na Lei nº 12.431/11, ativos com classificação de risco por uma agência classificadora de risco especializada e processo de integração de questões IS e de ESG com a análise fundamentalista de crédito.

TRIBUTAÇÃO

Isenção de tributação nos rendimentos e no ganho de capital na venda da cota. Alíquota de imposto de renda de 0% apenas para pessoas físicas. Pessoas jurídicas estão sujeitas à alíquota de 15% nos termos do art. 3º § 1º da Lei 12.431/2011.

DADOS CADASTRAIS

CNPJ: 38.314.962/0001-98

Início do Fundo: 07/06/2022

Prazo de Duração: Indeterminado

Público-alvo: Público em geral

Taxa de Gestão: 0,80% a.a.

Taxa de Administração Fiduciária, Custódia, Escrituração e Custódia: 0,05% a.a.

Taxa de Performance: Não há

Benchmark: IMA-B

Gestora: Rio Bravo Investimentos Ltda.

Administrador: Banco Daycoval S.A.

Classificação ANBIMA: Renda Fixa, Duração Livre, Crédito Livre

Rentabilidade-alvo do fundo:

NTN-B+ 2,0% a.a.

TESE DE INVESTIMENTO

O rio bravo ESG IS investe em um portfólio diversificado de debêntures incentivadas, selecionadas a partir de um processo ESG proprietário.

Taxonomia própria de análise ESG

Fundo reconhecido como Investimento Sustentável (“IS”) pela ANBIMA, com um processo de seleção objetivo de ESG.

Diversificação

Carteira bem diversificada e líquida, na busca de uma boa relação entre risco e retorno.

Foco na qualidade de crédito

Todos os ativos da carteira do fundo devem ter rating independente de crédito.

Originação própria de ativo

Expertise no setor e amplo relacionamento no mercado possibilita originação própria, podendo resultar em prêmios adicionais.

DESTAQUES DO FECHAMENTO DO MÊS[1]

R$ 78,9 milhões
Patrimônio Líquido

AA– (escala local)
Rating independente médio ponderado

5,3 anos
Duration da carteira

12 Segmentos de Infraestrutura. Nos portfólios dos fundos master[3]

IPCA+ 8,8%
Carrego de aquisição dos ativos da carteira de crédito[2]

25 Emissores
No portfólio do fundo master[3]

58,6%
Referente aos Setores Primários da Política IS[4]

R$ 90,9
Cota patrimonial de fechamento marcada a mercado

R$ 73,6
Cota no secundário [1]

R$ 0,97
por cota de distribuição de proventos no mês[5]

Sem revisão do *guidance*: Inflação projetada próximos 12 meses para 4,86% de 4,96%

1,32%
Dividend yield mensal[6*]

15,82%
Dividend yield Anualizado – totalmente isento a pessoas físicas[6]

1.596 Cotistas

VÍDEO SOBRE O FUNDO

REGULAMENTO DO FUNDO

CONHEÇA A RIO BRAVO

AVALIE O RELATÓRIO

TABELA DE SENSIBILIDADE

Cota (R$)	TIR Líquida Isenta (IPCA+)
70,00	15,0%
71,00	14,6%
72,00	14,3%
73,00	13,9%
74,00	13,6%
...	
84,00	10,4%
85,00	10,1%
86,00	9,8%
87,00	9,5%
88,00	9,2%
89,00	9,0%
90,00	8,7%
91,00	8,4%

(1) Data base: 30.09.2025.
(2) Carrego bruto do fundo – considerando caixa: IPCA+ 8,85% a.a.;
(3) Rio Bravo ESG IS Master Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura Renda Fixa Crédito Privado - CNPJ nº 41.533.755/0001-39, Rio Bravo ESG IS Master II Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura Renda Fixa Crédito Privado - CNPJ nº 51.269.654/0001-56 e Rio Bravo ESG IS Master III Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura Renda Fixa Crédito Privado - CNPJ nº 55.344.166/0001-17.
(4) Conforme descrito no tópico "Portfólio do Fundo" deste relatório.
(5) Competência set/25 para distribuição no 15º d.u. de set/25. A distribuição do mês equivale a R$ 0,97/cota referentes a amortização de cota. Normalmente o gestor buscará a distribuição do carrego nominal líquido do RBIF11 ao longos dos meses.
(6) *Dividend yield* mensal e *dividend yield* mensal anualizado considera cota de fechamento negociada na B3.

COMENTÁRIOS DO GESTOR

Resultados e distribuição

No mês, o resultado do RBIF11 foi de +R$ 2,55/cota, equivalente a um retorno da cota patrimonial de 2,83%%. Foi anunciada uma distribuição de R$ 0,97 por cota referente a agosto. Para compor esse resultado, foi utilizada parte da reserva de lucros acumulados. A métrica de distribuição do RBIF11, adotada pela Gestão, é baseada no carrego nominal líquido histórico da carteira (taxa de aquisição média, considerando a inflação projetada para os próximos 12 meses liquido de custos).

Na página anterior, uma tabela de sensibilidade estima o retorno da atual da carteira vs. o preço de entrada no RBIF11 (ou seja, o retorno a determinado preço de compra do RBIF11). **Considerando a cota a mercado atual (~R$ 74), o retorno do portfólio do RBIF11 é estimado em IPCA+ 13,0% líquido de IR**. **Destacamos que a carteira do Fundo é de boa qualidade de crédito, inclusive, todos os ativos da carteira do fundo devem obrigatoriamente deter *rating* independente**. Além disso, um processo de investimento mais rigoroso, que leva em consideração aspectos ESG, tem benefício importante de mitigar riscos que podem se materializar futuramente.

Liquidez

Acompanhamos ganhos de liquidez expressivos do Fundo, que teve uma média de volume diário negociado de quase R$ 97,8 mil no mês, ou seja, cerca de 3,37% de giro sobre o PL (R$ 2,1 milhões no mês). Atribuímos o constante ganho de liquidez dos últimos meses à atuação do **formador de mercado, à crescente demanda pelos FI-Infra no mercado brasileiro e ao trabalho da Rio Bravo em divulgar o RBIF11 e seus diferenciais de forma transparente, sendo um veículo adequado para proteção contra a inflação e geração de renda isenta para pessoas físicas**.

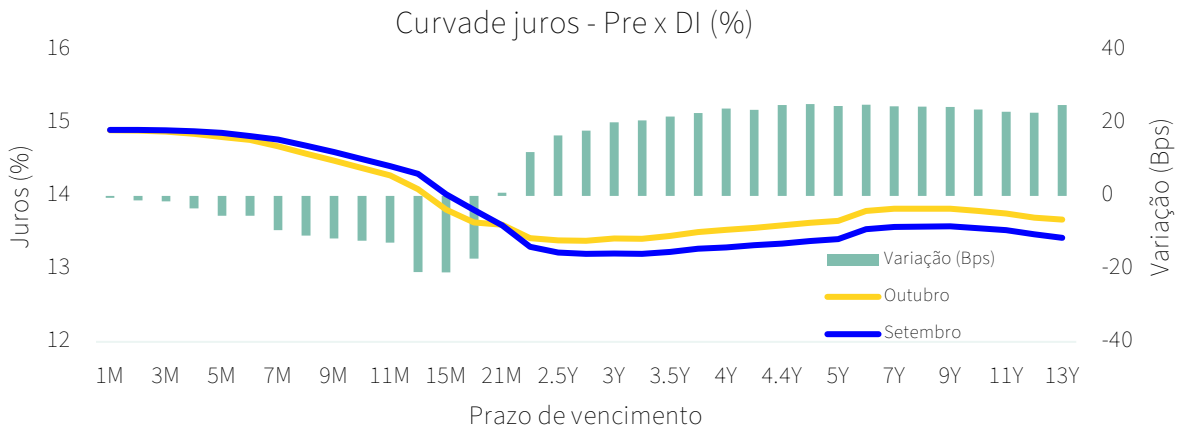
Monitoramento dos Crédito do RBIF11

Junto às divulgações dos resultados do ano fechado de 2024, continuamos realizando o monitoramento dos créditos da carteira do RBIF11. O rating médio da carteira continua em 'AA-(bra)', confirmando o bom perfil de crédito; 60% do portfólio tem rating 'AA-(bra)' ou superior.

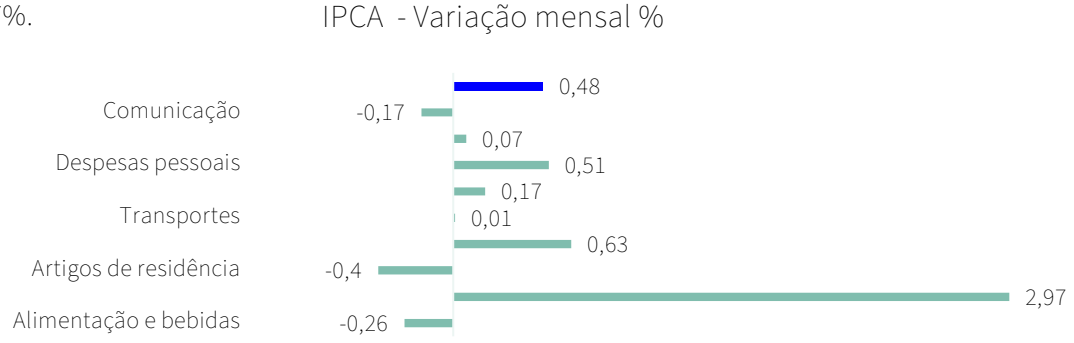
COMENTÁRIO DA GESTÃO

Cenário macroeconômico

Observamos, ao longo do mês, confiança crescente na tese de que não haverá mais cortes de juros em 2025. A ata do COPOM e o Relatório Trimestral de Inflação ainda mostram um banco central receoso com o dinamismo da economia, em especial o mercado de trabalho. Não obstante, os agentes seguem confiantes no início de um ciclo de afrouxamento no 1°trimestre de 2026. O dólar mais fraco, os dados de atividade econômica mais fracos, e a queda das expectativas de inflação sustentam essa percepção. Contudo, a fragilidade fiscal foi posta em xeque novamente no mês. A queda da MP alternativa ao IOF pode dar espaço a novas medidas impopulares por parte do governo, o que, somado ao esboço do projeto de isenção das tarifas de ônibus e elaboração do novo crédito imobiliário, trouxeram estresse para os prazos de vencimento mais longos.



A inflação, por sua vez, tem bom prognóstico. Não fosse o repique nos preços de energia elétrica residencial, causado pelo fim da incorporação do bônus de Itaipu, e teríamos os preços próximos da estabilidade em outubro. A desinflação segue sustentada pela queda de Alimentos em domicílio, ainda beneficiados pela apreciação do real e fim do choque de oferta observado ao início do ano. Contudo, Serviços também apresentaram moderação na margem. A categoria subjacente caiu de 0,48% para 0,22%, enquanto os intensivos em trabalho cederam de 0,71% para 0,38%. A média dos cinco núcleos de inflação registrou 0,19%, abaixo do esperado, e sustentando os últimos bons resultados. Com os números de setembro, a variação acumulada em doze meses do IPCA fica em 5,17%.

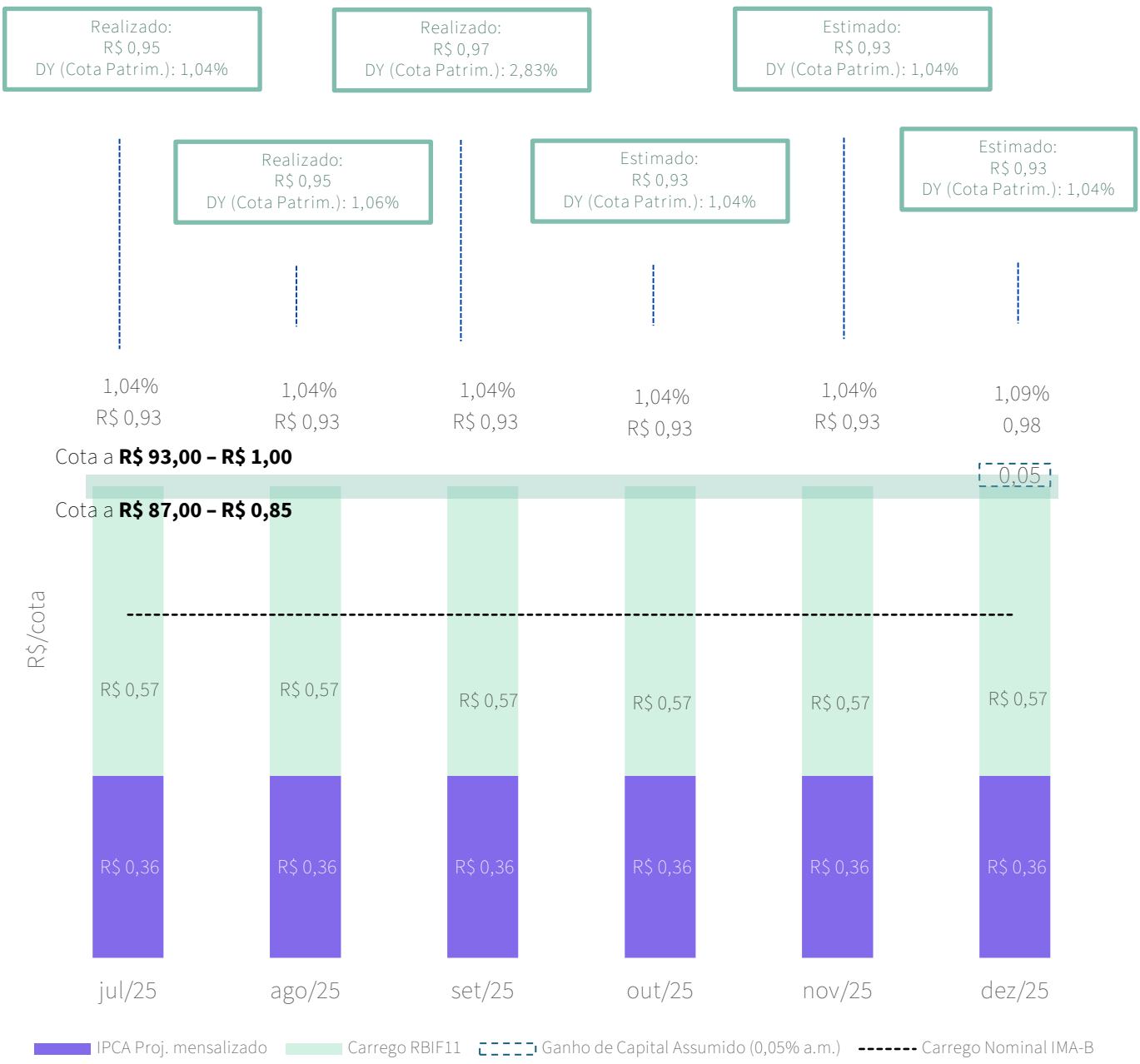


COMENTÁRIOS DO GESTOR

Distribuições e *Guidance* de resultados

Abaixo, detalhamos a distribuição estimada para o 2º semestre de 2025, alinhados com o seguinte *guidance*: Para uma projeção de cota patrimonial de R$ 93,00, estimamos um valor projetado de IPCA de 5,2% com um carrego bruto de 9,05%; Para a projeção de cota patrimonial de R$ 87,00, estimamos um valor projetado de IPCA de 4,5% com um carrego bruto de 8,5%.

Distribuição Estimada para o 2º Semestre de 2025



A PROJEÇÃO NÃO DEVE SER CONSIDERADA, SOB QUALQUER HIPÓTESE, PROMESSA OU GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. OS VALORES MENCIONADOS REFLETEM AS PROJEÇÕES DO TIME DE GESTÃO REALIZADAS NA DATA DE EMISSÃO DESTE RELATÓRIO.

RESULTADOS E DISTRIBUIÇÃO

O resultado do fundo depende da combinação do carrego da carteira em termos reais, variação monetária (inflação), ágio ou deságio no investimento, marcação a mercado dos ativos, ganhos ou perdas de capital, variação dos spreads de crédito e marcação de derivativos, se for o caso.

Demonstrativo resultados (RS)	Jul 25	Ago 25	Set 25	No ano (até set 25)	UDM (até set 25)
Receitas (Curva)	**911.195**	**786.597**	**1.640.730**	**9.248.628**	**12.464.833**
Debêntures	661.713	494.131	513.421	6.234.104	8.641.330
CRI	105.648	156.263	96.122	1.227.859	1.662.980
Cotas de FIDC	47.813	40.047	946.674	1.192.463	1.448.214
Cotas de FIRF (Zeragem)	96.022	96.157	84.513	594.202	712.309
Marcação a Mercado (MaM[1])	**(1.081.950)**	**523.832**	**656.312**	**2.041.562**	**(3.051.003)**
Custos e Despesas*	(110.225)	(98.589)	(82.892)	(625.618)	(870.766)
Resultado (MaM)	**(280.980)**	**1.211.840**	**2.214.150**	**10.460.307**	**8.338.799**
Resultado (Curva)	**800.970**	**688.008**	**1.557.838**	**8.418.745**	**11.389.802**
Qde. de Cotas	867.844	867.844	867.844	867.844	867.844
Resultado /Cota (R$/cota) – MaM	**-0,32**	**1,40**	**2,55**	**12,29**	**9,84**
Resultado/Cota Patrimonial[4] (MaM)	**-0,36%**	**1,55%**	**2,83%**	**10,29%**	**10,29%**
Distribuição/Cota (R$/cota)	0,95	0,95	0,97	8,43	11,12
Rendimentos/Cota (R$/cota)	0,95	0,95	0,97	6,59	6,77
Amortização/Cota (R$/cota)	-	-	-	1,84	4,35
Distribuição/Cota Patrimonial (MaM)	**1,04%**	**1,06%**	**1,07%**	**9,42%**	**12,34%**
Rendimento/Cota Patrimonial (MaM)	**1,04%**	**1,06%**	**1,07%**	**7,44%**	**7,44%**
Amortização/Cota Patrimonial (MaM)	**-**	**-**	**-**	**4,81%**	**4,81%**

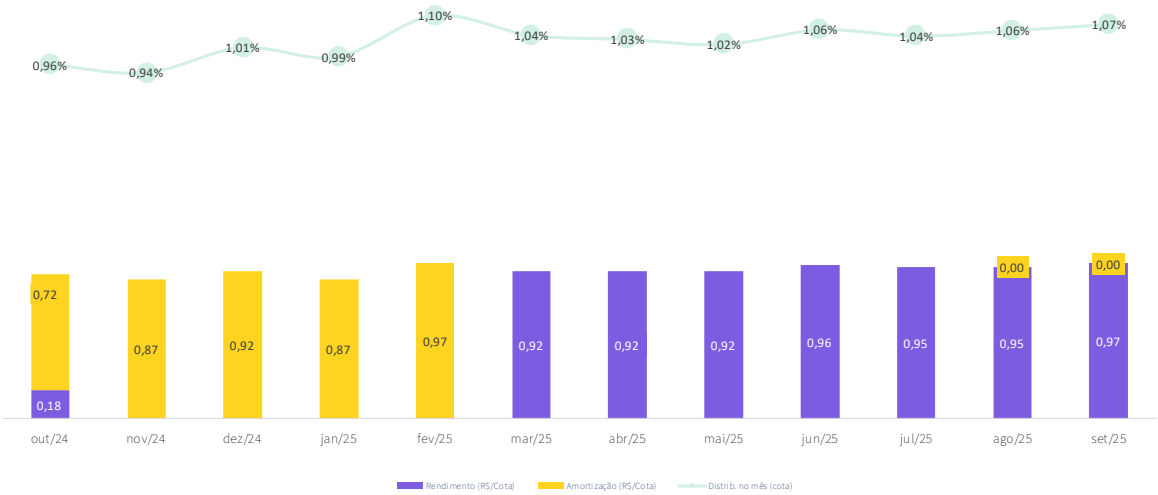
*Referente aos custos provisionados e acumulados no balanço patrimonial do RBIF11. Não deve ser interpretado como o custo mensal operacional do fundo.

Balanço de resultados (R$/cota)	Jul 25	Ago 25	Set 25	No ano (até set 25)	UDM (até set 25)
Lucro Retido – Início do Período	1,91	2,42	0,64	1,74	1,61
Lucro do Período	**1,59**	**3,81**	**3,19**	**16,62**	**14,04**
Distribuição de Lucro Comunicada	(0,95)	(0,95)	(0,97)	(6,59)	(6,77)
Lucro Retido – Fim do Período	**0,64**	**2,86**	**2,22**	**10,03**	**7,27**

*Ajustado pela distribuição do recibo referente à 3ª Emissão de Cotas do RBIF11.

RESULTADOS E DISTRIBUIÇÃO

Distribuições e Dividend Yield Mensais – Cota Patrimonial



Distribuições e Dividend Yield Mensais – Cota a Mercado (secundário B3)

RBIF11 Últimos 12 Meses vs. Índices

RESULTADOS E DISTRIBUIÇÃO

Mercado Secundário

O RBIF11 conta com formado de mercado (XP Investimentos) desde dezembro de 2023. A contratação tem como objetivos principais fomentar a liquidez no secundário e dar mais profundidade ao book de negócios.

Atuação do formador de mercado

	Out 24	Nov 24	Dez 24	Jan 25	Fev 25	Mar 25	Abr 25	Mai 25	Jun 25	Jul 25	Ago 25	Set 25
Vol. Negociado (R$ mil)	5.429	6.919	11.603	11.783	6.133	8.487	5.698	2.175	2.137	3.014	2.783	2.152
Média diária (R$ mil)	236,0	364,2	610,7	535,6	278,8	446,7	284,9	104,1	101,8	122,3	132,5	97,8
Giro mensal (%)	7,28%	10,2%	17,3%	20,8%	10,2%	13,%	8,9%	3,3%	3,3%	4,8%	4,4%	3,37%
Valor B3 – fechamento mensal (R$ MM)	*74,5*	*67,0*	*60,2*	*56,6*	*59,9*	*63,9*	*64,4*	*66,4*	*73,90*	*73,00*	*73,00*	73,6

Número de Cotistas (*): 1.596

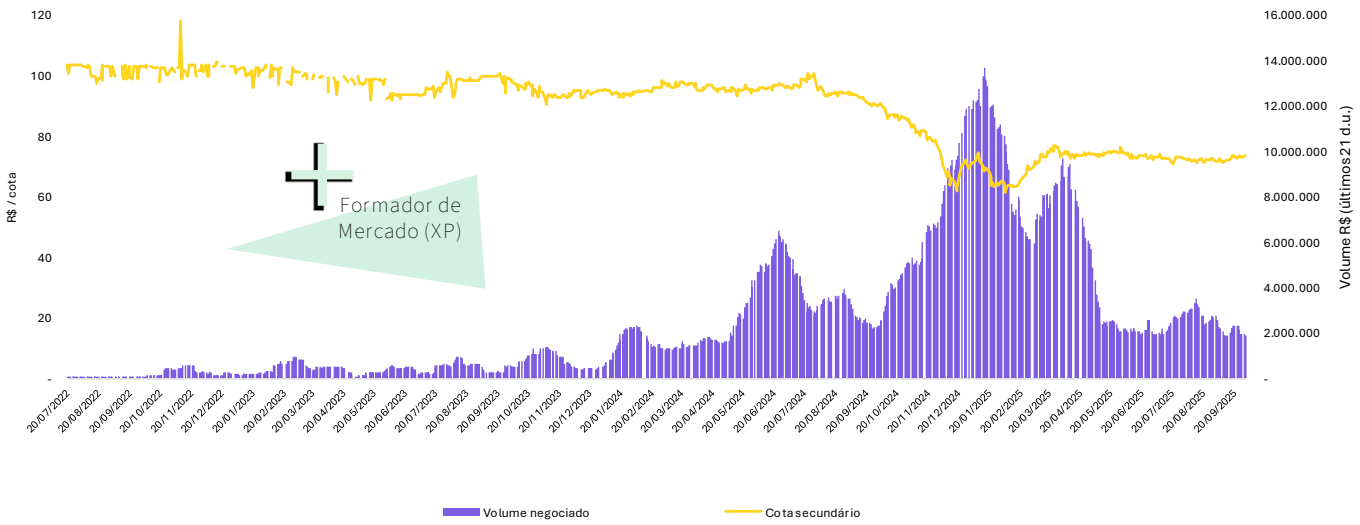
Preço Médio Ponderado no Mercado Secundário no Mês (B3): R$ 72,6 / Cota

Volume Negociado no Mês: R$ 2.152.347

Volume Médio Diário Negociado no Mês: R$ 97.834

Número de Negócios no Mês: 5.859 Negócios

Número Médio de Negócios Diários no Mês: 266,3 Negócios

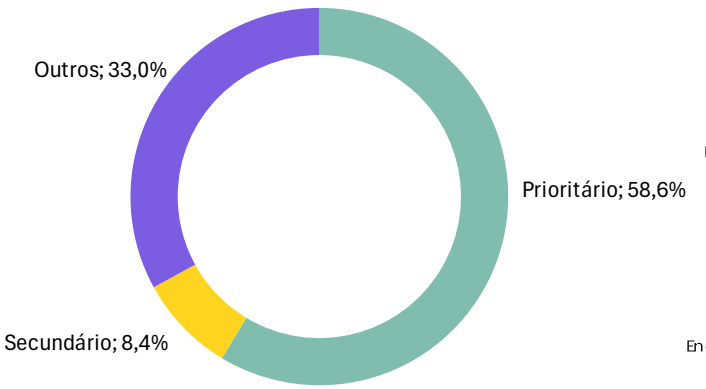


RBIF11 considera cota ajustada de proventos, ou seja, evolução da cota patrimonial + reinvestimento dos rendimentos pagos no período. Em relação à cota patrimonial mensal de abertura. Equivale à fatoração (multiplicação) dos *dividend yields* mensais dos últimos 12 meses. (*) Em 30.06.2025.

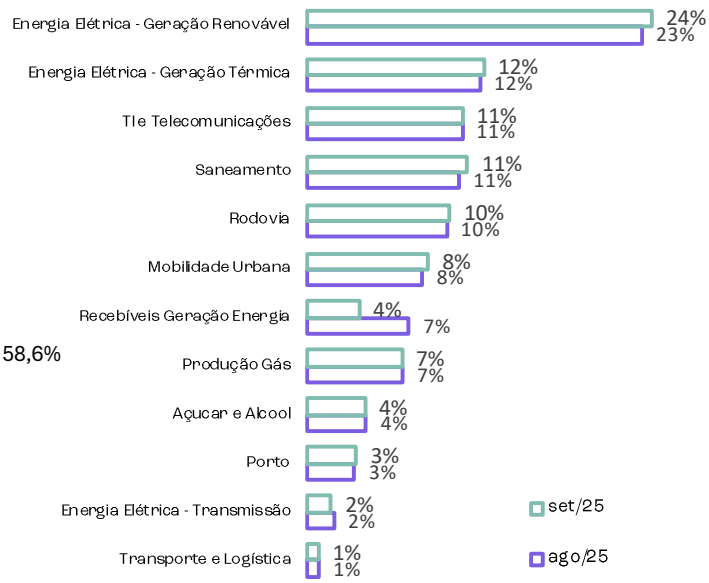
PORTFÓLIO DO FUNDO

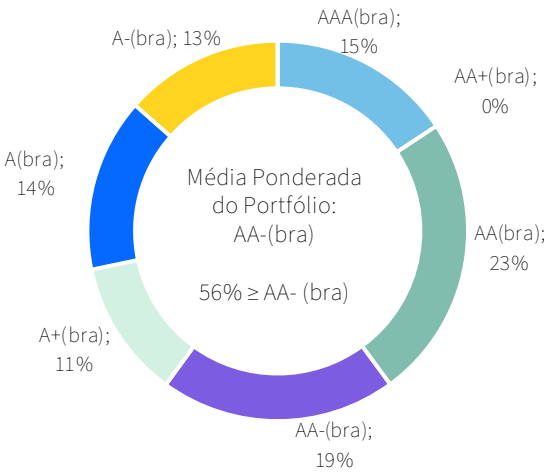
Taxonomia ESG

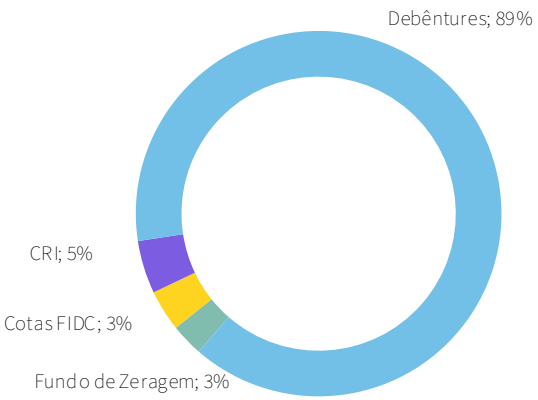
- Setores Primários: ≥ 60% do portfólio
- Setores Secundários ≤ 40% do portfólio
- Outros Setores: ≤ 30% do portfólio



Alocação por setor
(% carteira de crédito privado)







5,3 anos
Duration da carteira

AA– (escala local)
Rating independente médio ponderado

25 Emissores
No portfólio dos fundos master (3)

12 Segmentos de Infraestrutura
No portfólio dos fundos master (3)

(*) Inclui os custos de Administração Fiduciária, Custódia, Escrituração e Custódia do Rio Bravo ESG IS Master Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura e do Rio Bravo ESG IS Master II Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura. De acordo com a taxonomia do fundo, ao menos 60% do investimento deve se concentrar em "Projetos Primários" (Alta adicionalidade socioambiental, como projetos de geração renovável, linhas de transmissão e saneamento); 30% em projetos definidos como "Outros" (Hidrelétricas de grande escala, Rodovias, Portos, Aeroportos, e Termelétrica a gás natural). Os projetos considerados "Secundários" devem compor no máximo 40% do fundo (Telecomunicação, Ferrovias, Sistemas de mobilidade urbana e Hidrovias).

PORTFÓLIO DO FUNDO

#	Código Cetip	Emissor	Segmento de Infraestrutura	Rating(*)	Índice	*Duration* Atual	Volume MaM	PL	Carrego COMPRA (IPCA+)	Spread NTN-B	MtM ATUAL (IPCA+)	Spread NTN-B	MtM M-1 (IPCA+)	Spread NTN-B	Cupom (Emissão)
						Anos	*R$ mil*	*%*	*%*	*Bps*	*%*	*Bps*	*%*	*Bps*	*%*
1	23L2510336	Solar 11 (Elleven)	Geração Renovável	AA-(bra)	IPCA	6	3.671,0	4,7%	11,50%	332	11,50%	332	11,50%	344	11,50%
2	--	Recebíveis Energia- Siga Portfólio - 1ª série Sr.	Geração Renovável	A(bra)	CDI	2,0	1.031,5	1,3%	15,66%	534	15,61%	529	15,66%	1.566	15,66%
3	--	Recebíveis Energia – Siga Energia- 2ª série Sr.	Geração Renovável	A(bra)	CDI	2,0	-	0,0%	15,66%	534	15,61%	529	15,66%	1.566	15,66%
4	--	Recebíveis Energia – Siga Energia- 4ª série Sr.	Geração Renovável	A(bra)	CDI	0,3	1.052,3	1,3%	17,01%	657	18,33%	777	17,01%	1.701	17,01%
5	--	Recebíveis Energia – Siga Energia - 5ª série Sr.	Geração Renovável	A(bra)	CDI	2,0	537,9	0,7%	16,47%	607	17,78%	727	16,47%	1.647	16,47%
6	--	Recebíveis Energia – Siga Energia - 6ª série Sr.	Geração Renovável	A(bra)	CDI	2,0	235,8	0,3%	14,29%	409	15,58%	526	14,29%	1.429	14,29%
7	--	Recebíveis Energia – Siga Energia - 1ª série Sr. 3ª Sr.	Geração Renovável	A(bra)	CDI	2,0	-	0,0%	14,29%	409	15,58%	526	14,29%	1.429	14,29%
8	--	Recebíveis Energia – Siga Energia - 8ª série Sr.	Recebíveis Geração Energia	A(bra)	IPCA	2,0	-	0,0%	13,50%	337	13,44%	332	13,50%	1.350	13,50%
9	ACRC21	Atlas Luiz Carlos	Geração Renovável	AA(bra)	IPCA	7	3.896,7	4,9%	7,42%	(16)	7,91%	30	8,05%	50	7,42%
10	AEAB11	AES Cajuína	Geração Renovável	AA-(bra)	IPCA	8	1.209,5	1,5%	7,03%	(47)	7,48%	(6)	7,82%	31	7,07%
11	ANET12	América Net	TI e Telecom	A-(bra)	IPCA	3	616,0	0,8%	8,96%	84	9,03%	90	9,09%	111	8,96%
12	BARU11	Barueri Energia Renovável	Geração Renovável	AA-(bra)	IPCA	8	4.137,5	5,2%	7,41%	26	8,05%	51	7,80%	33	7,80%
13	BPES11	Beta Produtora de Energia	Geração Energia Gás Natural	A-(bra)	IPCA	5	9.643,8	12,2%	10,00%	360	11,74%	360	11,63%	360	10,00%
14	CEAD11	Centrais Eólicas Assuruá	Açucar e Álcool	AA(bra)	IPCA	2	1.928,7	2,4%	7,30%	(106)	8,19%	(24)	8,09%	(18)	6,66%
15	CJEN13	Porto de TESC	Porto	A+(bra)	IPCA	4	1.046,5	1,3%	8,59%	64	8,32%	39	8,62%	78	8,17%
16	CLTM14	Linhas 8 e 9 CCR Mobilidade	Mob. Urbana	AA(bra)	IPCA	7	3.625,2	4,6%	7,54%	(19)	8,07%	31	8,27%	60	7,25%
17	CNRD11	Concessionária MS 306	Rodovia Pedagiada	AA-(bra)	IPCA	5	2.165,6	2,7%	7,75%	(10)	8,28%	39	8,49%	68	6,00%
18	HVSP11	Hélio Valgas Solar	Geração Renovável	AA-(bra)	IPCA	5	3.939,6	5,0%	8,06%	20	7,70%	(13)	7,85%	11	8,26%
19	IRJS14	Iguá Rio de Janeiro	Saneamento	AAA(bra)	IPCA	7	5.422,6	6,9%	8,05%	43	8,96%	128	9,24%	159	8,20%
20	IRJS15	Iguá Rio de Janeiro	Saneamento	AAA(bra)	IPCA	8	590,3	0,7%	8,31%	71	8,80%	117	9,19%	158	7,13%
21	ITPO14	Itapoá Terminais Portuários	Portos	AA(bra)	IPCA	6	1.676,7	2,1%	7,41%	(37)	7,34%	(44)	7,68%	(4)	6,29%
22	JSMLB5	Simpar	Transporte e Logística	AAA(bra)	IPCA	4	651,4	0,8%	9,33%	130	13,35%	503	13,23%	503	7,97%
23	MEZ511	MEZ 5 Energia	Transmissão de Energia	AAA(bra)	IPCA	7	1.339,3	1,7%	7,83%	19	8,65%	95	8,72%	110	7,07%
24	MTRJ19	MetroRio	Mob. Urbana	AA(bra)	IPCA	3	2.992,9	3,8%	8,48%	39	8,09%	3	8,74%	76	7,09%
25	ORIG11	Origem Energia	Produção de Gás Natural	A(bra)	IPCA	5	3.046,8	3,9%	8,37%	50	9,38%	144	9,50%	165	8,40%
26	ORIG21	Origem Energia	Produção de Gás Natural	A(bra)	IPCA	4	2.148,9	2,7%	7,87%	44	9,46%	144	9,39%	148	14,15%
27	QUAT13	Açucareira Quatá	Açucar e Álcool	A(bra)	IPCA	4	3.183,3	4,0%	7,47%	(44)	8,14%	18	8,17%	34	7,87%
28	RMSA12	BRK Ambiental RMM	Saneamento	AA-(bra)	IPCA	7	2.763,6	3,5%	7,68%	9	8,59%	94	8,90%	129	7,62%
29	TEPA12	Brasil Tecpar	TI e Telecom	A+(bra)	IPCA	3	2.906,0	3,7%	10,09%	196	10,53%	237	10,09%	206	10,09%
30	VERO12	Vero S,A.	TI e Telecom	A+(bra)	IPCA	3	4.207,1	5,3%	8,49%	29	9,36%	109	9,38%	116	9,34%
31	VERO44	Vero S,A.	TI e Telecom	A+(bra)	IPCA	6	763,2	1,0%	8,70%	85	9,26%	137	9,11%	131	8,70%
32	VIMT13	Via Brasil MT 320	Rodovia Pedagiada	AA(bra)	IPCA	6	4.313,7	5,5%	8,17%	34	9,02%	113	9,03%	122	6,17%
33	VRDN12	Via Rondon	Rodovia Pedagiada	AA-(bra)	IPCA	5	1.316,7	1,7%	8,50%	56	8,99%	101	8,98%	110	5,55%
		Portfólio Crédito Privado		A+(bra)	CDI+ / Selic+	-	802,6	1,0%	-	-	-	-	-	-	8,67%
		Liquidez - LFT / Zeragem		AAA(bra)		**5**	**76.863**	**97,5%**	**8,66%**	**101**	**9,39%**	**145**	9,42%	**196**	**8,67%**
		Total de Ativos		AA-(bra)		**5**	**78.859**	**100,0%**	**8,69%**	**99**	**9,40%**	**142**	9,43%	**191**	**8,70%**

(*) Rating independente para todas as emissões;

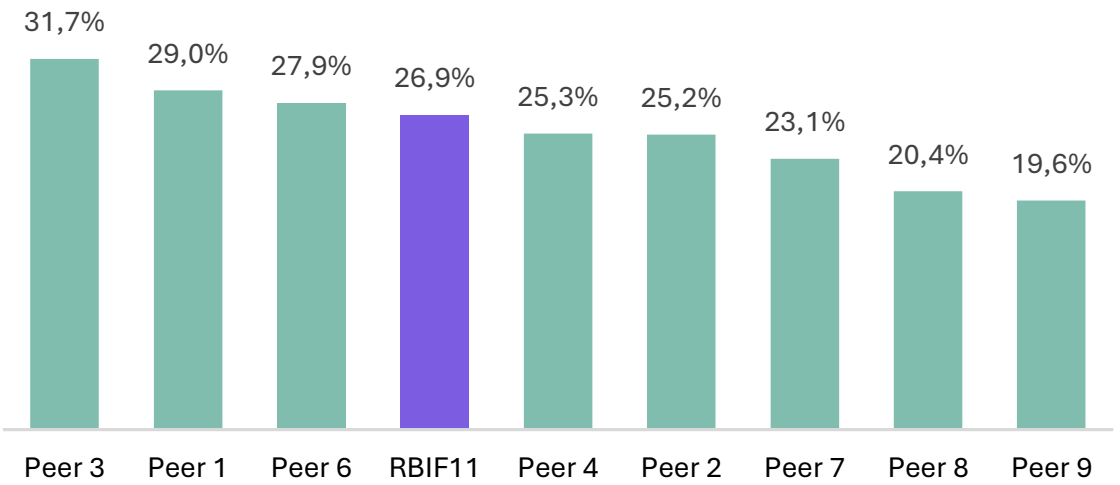
riobravo.com.br

ANEXOS

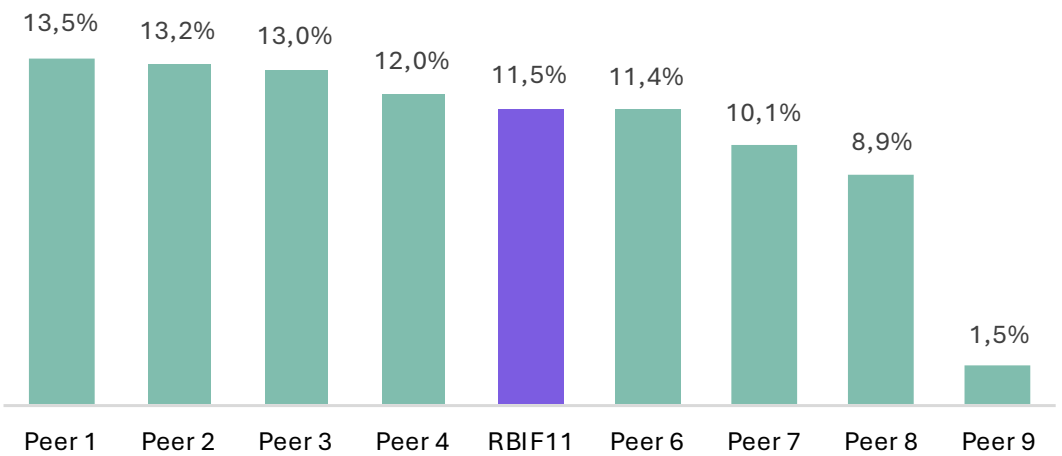
ANÁLISE DE PARES

O time de gestão, com o intuito de analisar os pares de mercado, elaborou uma comparação entre os principais fundos do mercado que possuem políticas de investimento semelhantes ao RBIF11. **O RBIF11 atua tanto girando a carteira como alocando em ativos com perfil de carrego**. Cada fundo par tem um foco particular quanto à gestão de ativos, mas majoritariamente investem em debêntures incentivadas (Lei 12.431/11), como o RBIF11. Em termos de volatilidade da cota patrimonial, o RBIF11 também está consistentemente bem colocado. A gestão segue na busca por resultados resilientes para o Fundo e seus cotistas.

Retorno Total da Cota Patrimonial nos Últimos 24 Meses (%)[1]



Volatilidade Anualizada da Cota Patrimonial nos Últimos 12 Meses (%)[1]



Fonte: Economatica e Quantum Axis.
1 O resultado correspondente difere do real desempenho dos fundos pois uma simplificação é adotada para reincorporação dos proventos distribuídos que, ao invés de serem reinvestidos pela variação patrimonial, são somados às cotas ex-proventos, sem ajustes. Isto não modifica materialmente o *ranking* dos fundos.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL

O RBIF11 é regido por uma Política IS desenvolvida em conjunto com a consultoria NINT (ex-SITAWI). Ao longo de meses, desenvolvemos limites máximos e mínimos de exposição a determinados segmentos de infraestrutura, com vistas a concentrar investimentos em projetos e empresas que apresentem maior potencial de impacto positivo ao meio ambiente e social. Na sequência, mostramos um resumo esquemático da nossa Política:

Taxonomia

Setores Primários (> 60% do PL do RBIF11)

- Saneamento
- Geração Solar
- Geração Eólica
- Telecom
- Hidrelétricas a Fio D'Água
- Linhas de Transmissão

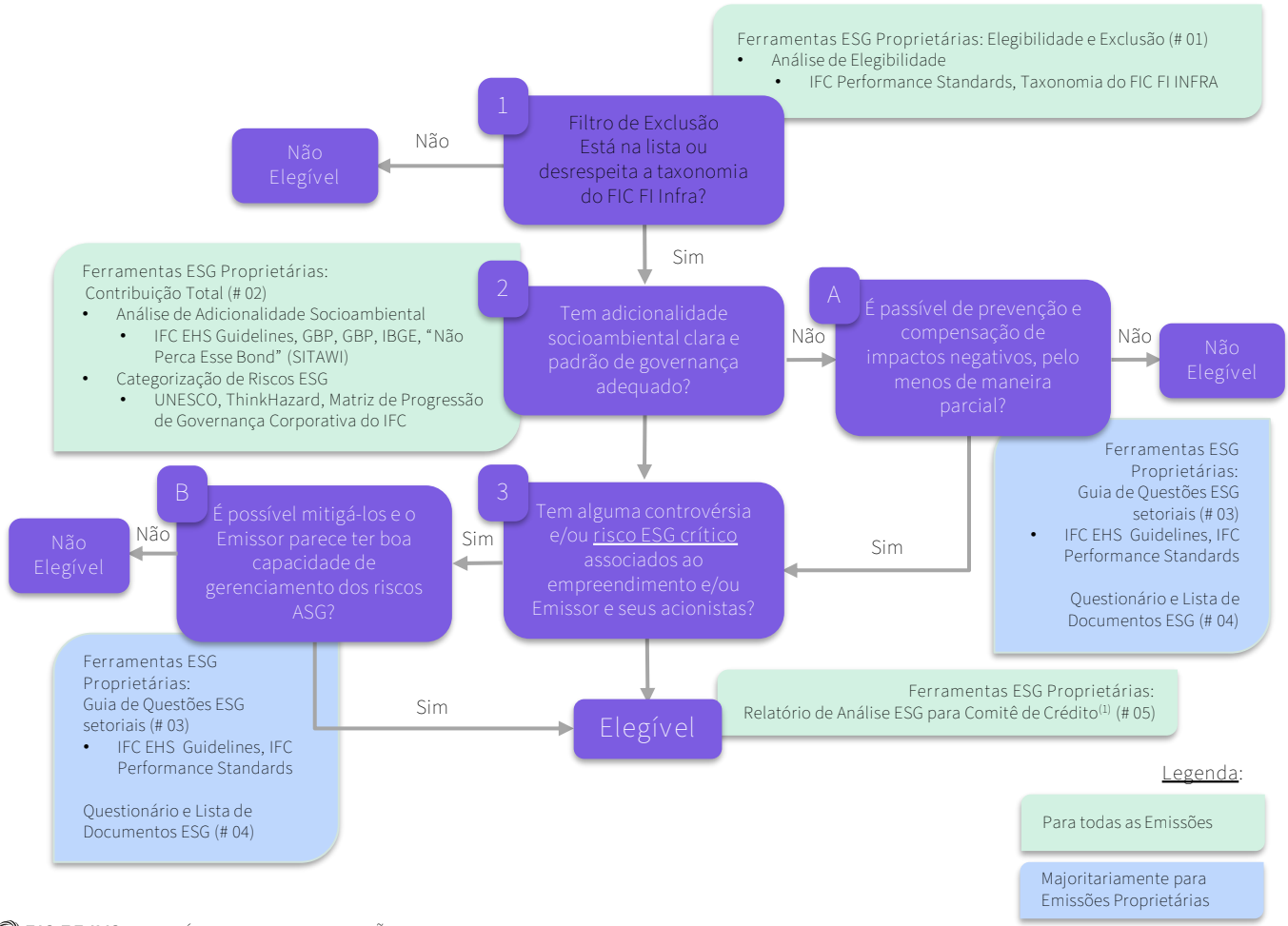
Setores Secundários (< 40% do PL)

- Mobilidade Urbana
- Ferrovias

Setores Terciários (< 30% do PL)

- Portos Logísticos
- Térmica a Gás Natural

Processo



POLÍTICA DE INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL

Brasil

O reconhecimento IS - Investimento Sustentável - nasceu de uma agenda da ANBIMA, perene e prioritária, para tratar de sustentabilidade na indústria de gestão de recursos de terceiros. O tema ESG (ambiental, social e de governança) tem se tornado peça fundamental para a sobrevivência dos negócios no longo prazo e está alinhado com a crescente demanda dos investidores, empresas e demais agentes de mercado, alinhados às iminentes necessidades da sociedade e do planeta.

A ANBIMA, como protagonista do tema no Brasil, e inspirada por iniciativas internacionais, por meio de seu Grupo Consultivo de Sustentabilidade teve o importante papel de prover informações, facilitar o dia-a-dia dos gestores e incentivar a evolução dessa indústria, inicialmente pelos fundos de ações e de renda fixa, estabelecendo regras para além daquelas que integram questões de ESG, mas também contemplando aqueles que tem como objetivo o investimento sustentável, os Fundos IS.

As novas regras buscam prover ao mercado a opção qualitativa de adoção de critérios ESG na gestão de recursos, desde que os agentes atestem formalmente esse compromisso e adequem-se às regras e procedimentos da ANBIMA.

Veja na tabela ao lado os principais critérios estabelecidos pela ANBIMA.

POLÍTICA IS FI - INFRA

	Gestor	Fundo IS*	Fundo que considera questões ASG
Compromisso com a sustentabilidade	Política de sustentabilidade (documento aprovado)	**Objetivo do fundo é investimento sustentável** Objetivo no regulamento do fundo e políticas de investimento que busquem alinhamento da carteira; "não causar dano" (regulamento, políticas e declaração)	**Investimentos do fundo consideram ASG** Política de investimento ou material técnico inclui consideração ASG (documentação formal)
Ações continuadas * **	Estrutura de governança (relatório aprovado)	• Estratégia (metodologias e dados) outras ferramentas e engajamento • Limitações de metodologias, dados e ferramentas • Medidas de due diligence e monitoramento (demonstrativo/relatório periódico**)	• Metodologia e dados; limitações • Outras ferramentas e engajamento (quando for o caso) • Medidas de due diligence (demonstrativo/relatório periódico**)
Transparência	Divulgação da política e da governança (site/materiais do gestor)	• Divulgação de objetivo, estratégia e ações para buscar e monitorar o objetivo (materiais do fundo/lâmina) **Nome do fundo inclui IS**	• Divulgação de metodologia, fontes de dados, limitações e ações de due diligence (materiais de marketing/lâmina) **Marketing inclui frase "esse fundo integra questões ASG em sua gestão"**
Importante!	Refere-se à atividade de gestão. Compromissos acompanhados de ações respectivas. Não será feita classificação de gestor	• Monitoramento do objetivo com métricas e indicadores, bem como compromisso de "não causar dano" • Riscos e oportunidades específicos	• Diferenciação em material publicitário • Acompanhamento dos parâmetros estabelecidos para consideração ASG • Carteiras com objetivos diversos

(*) Fundos que utilizam expressões "sustentável", "ESG", "ASG", "green" ou similares devem atender às regras para fundos IS.

(**) Os mesmos requerimentos se aplicam a fundos passivos, incluindo due diligence quanto a limitações e medidas de monitoramento.

(***) O gestor pode contemplar informações sobre as ações continuadas em documentos oficiais do fundo, nos termos do Código ANBIMA de Administração de Recursos de 3º, como: regulamento, políticas, lâmia de infor~mações essenciais, questionário de due diligence, material publicitário ou técnico, entre outros documentos.

Rio Bravo Investimentos

A Rio Bravo Investimentos, por iniciativa, estabeleceu metodologia e processos para adequar-se às regras e procedimentos para reconhecimento de fundos de investimento sustentável (IS) da ANBIMA, de modo a constar o sufixo IS tanto no Rio Bravo ESG IS Master Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura RF CP (CNPJ:41.533.755/0001-39, veículo *master*), como no RBIF11 (veículo *feeder*), na data de 30/06/2022. Este reconhecimento é fruto de um longo trabalho do time de gestão, com comprovada atuação para buscar investimentos verdadeiramente sustentáveis, o que resultou na constituição formal da Política IS.

A Rio Bravo também é aderente aos Códigos ANBIMA, signatária do Pacto Global da ONU no Brasil - iniciativa da Nações Unidas (ONU) para mobilizar a comunidade empresarial na adoção e promoção, em suas práticas de negócios, de Dez Princípios universalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção - e participante do IPC (Investidores pelo Clima).

DESCRIÇÃO DOS ATIVOS

Barueri Energia Renovável (BARU11 – AA+(bra))

A URE Barueri é uma SPE responsável pela construção da 1ª usina de energia a partir de resíduos no Brasil. A usina terá capacidade de processamento de 870 toneladas de resíduos /dia e capacidade instalada de 20MW. O processo utiliza a combustão de matéria orgânica para aquecer uma caldeira e gerar eletricidade com o vapor resultante, a partir do resíduo urbano sólido (RSU) que a usina recebe. Para obter os insumos para a produção de energia, a URE Barueri assinou uma PPP com o município de Barueri, que remunera o projeto por fazer o manejo do RSU durante 30 anos, com um pagamento por volume fixo e ajustado anualmente pela inflação. Nos próximos anos.

Já a principal fonte de receita do projeto, representando 60% dela, decorre de contratos de longo prazo de fornecimento de energia, que remuneram pela disponibilidade da planta e cujos preços de energia são anualmente ajustados pela inflação. O projeto ainda conta com receitas complementares pela venda do material reciclável recebido no RSU e pela venda de créditos de carbono gerados durante a cadeia produtiva. Estas linhas, que representam cerca de 10% da receita total do projeto, são expostas a risco de mercado e, portanto, menos previsíveis e estáveis.

O projeto beneficia-se de sua localização estratégica na cidade de Barueri, na região metropolitana de São Paulo, na medida em que conta com fácil acesso a rodovias e a uma linha de transmissão já existente. Além disso, a planta será localizada próxima a uma unidade de tratamento de água da Sabesp, acionista do projeto com 20% de participação. O acionista controlador do projeto, com 80% de participação, é a Orizon Valorização de Resíduos, companhia que atua na cadeia final do tratamento de resíduos e serviços ambientais em 11 estados do Brasil por meio de seus 16 ecoparques.

Adicionalidades Sócio-Ambientais: A adicionalidade ambiental é "alta" pela capacidade de redução de emissões de GEE do projeto vs BAU (business as usual) e adaptação aos efeitos de mudança climática. Além disso, o empreendimento não interfere no ciclo de nenhum elemento natural, como os projetos solares, eólicos, geotérmicos, maremotriz. A adicionalidade social é "média", por se tratar de um empreendimento de pequeno porte (<30MW), portanto proporcionando limitado desenvolvimento econômico local e por atuar em uma região com elevado IDH relativo (Barueri - SP, 0,786 x 0,767 do Brasil x 0,842 de São Paulo (reg. metropolitana)).

Categoria de Risco ESG (Nível B - risco médio na escala inversa de A a C do IFC): Por se tratar de um projeto greenfield de pequena escala (20MW de capacidade em 1 município) não atua em segmentos de alto risco, mas também não é considerado de baixo risco pela sua natureza. Em contrapartida, possui adequados padrões de governança corporativa (acionistas listados no Novo Mercado).

Brasil Tecpar (TEPA11 – A+(bra))

7ª maior ISP do Brasil em número de acessos com presença em 7 Estados brasileiros e 355 cidades no Sudeste (MG, RJ e SP), Centro-Oeste (MT, MS) e Sul (RS). A emissão de debêntures com garantias reais serão utilizadas para apoiar o crescimento, expansão e a flexibilidade financeira da Brasil Tecpar. A natureza garantida das debêntures, aliada ao uso estratégico dos recursos para expansão e melhoria da liquidez, contribui para um perfil de risco mais seguro e estável. A emissão de debêntures da Brasil Tecpar apresenta características financeiras favoráveis e um nível elevado de proteção para os investidores, refletindo um compromisso com a gestão prudente e o crescimento sustentável.

A empresa espera que sua receita continue a crescer nos próximos anos. Para 2025, a previsão é de uma receita líquida de aproximadamente R$ 1,2 bilhão, e para 2026, a expectativa é que atinja cerca de R$ 1,3 bilhão. Esse crescimento é apoiado pela contínua expansão das operações e pela capacidade da empresa de integrar e otimizar aquisições anteriores.

Adicionalidade Ambiental (AA): média. Apesar de o setor não fomentar atividades ligadas a uso de combustíveis fósseis e desmatamento, a adicionalidade ambiental é "média" pela limitada capacidade de redução de emissões de GEE do projeto vs BAU (business as usual). Julgamos que o setor consideram a adaptação aos efeitos de mudança climática por reduzir a dependência de deslocamentos. Além disso, a emissora é o 7º ISP do Brasil em termos de "casas passadas" e "casas conectadas", com elevado take up rate (26%), recebendo, portanto, nota "alta" quanto ao uso eficiente de recursos.

Adicionalidade Social (AS): baixa. A adicionalidade social é "baixa", por se tratar de infraestrutura de fibra em regiões com maior desenvolvimento relativo (Sul, SE e CO), portanto proporcionando limitado desenvolvimento econômico local adicional e por atuar em regiões com elevado IDH relativo.

Categorização de Risco: B+ (risco médio na escala inversa de A a C do IFC). Por definição, infraestruturas de telecomunicações são consideradas empreendimentos de médio risco, além de não haver controvérsias geográficas relacionadas às instalações de infraestrutura; no quesito governança, a cia ainda não atende as melhores práticas, muito em função do seu histórico de empresa familiar e family & friends, mas num momento atual de implementação das melhores práticas, acessando o mercado de capitais e logrando registro de cia aberta categoria A na CVM.

DESCRIÇÃO DOS ATIVOS

Beta Produtora de Energia SPE S.A. (BPES11 – A-(bra))

O Em 2021, a Beta Produtora de Energia venceu o 1º leilão de reserva de capacidade do Brasil, assinando contrato com a Câmara de Comercialização de Energia elétrica (CCEE) pelo prazo de 15 anos (2026 a 2041) de usina de 28MW. A usina é um projeto greenfield, está cerca de 30% implantada mas com cerca de 85% dos contratos de construção assinados ou em vias de assinatura. A licença de instalação está válida até Outubro/27. O capex total é de R$ 68 milhões, sendo já R$ 20 milhões integralizados pelos acionistas. O risco de construção é mitigado por meio de fianças dos acionistas (100% do saldo da dívida), pelos preços fixos dos contratos com contrapartes com boa qualidade de crédito, com baixíssima exposição à inflação e câmbio e através do monitoramento trimestral do engenheiro independente (Grupo Energia Consult). A expectativa de entrada em operação comercial é 3T25, mais de 6 meses de antecipação ao cronograma contratado.

A emissão de debêntures é a única dívida da Beta. O projeto se beneficia de pacote de garantias reais e fidejussórias adequado, com fiança dos acionistas e compromisso de aporte de capital até o completion financeiro (que inclui construção da usina, quitação de passivos, pareceres positivos, recebimento de receita por 12 meses sem penalidades, disponibilidade mínima, preenchimento de contas reserva e ICSD >= 1,2x), CF de recebíveis, AF de 100% das ações da emissora, AF de máquinas e equipamentos. No cenário base, o índice de Cobertura do Serviço da Dívida é de 1,4x, caindo para 1,0x no cenário da Rio Bravo.

Centrais Eólicas de Assuruá – CEA II (CEAD11 – AA+(bra))

O Complexo Eólico CEA II detém o controle e opera 10 projetos, localizado em Xique-Xique (BA). Com 235MW de capacidade instalada, composto por 97 aerogeradores, o complexo detém autorização para operar por 35 anos. A operação comercial começou em 02/18. Sua energia firme (104,4MWm) foi negociada no mercado regulado, por meio de contratos de Energia de Reserva a preços fixos e indexados ao IPCA – sem exposição ao preço spot (PLD), que é volátil .

Em 06/19 a Omega Geração S.A. – subsidiária integral da Omega Energia S.A. (B3 - MEGA3), adquiriu 100% da CEA – holding que consolida CEA I e CEA II. A Omega Energia S.A. é negociada no Novo Mercado e detém capacidade instalada de projeto eólicos operacionais de cerca de 2,2GW. O projeto apresenta elevada adicionalidade ambiental por ser adaptável às mudanças climáticas e por ter 100% da energia gerada através de fonte renovável. A adicionalidade social é média (localização do projeto em região de IDH baixo).

AES Cajuína (AEAB11 – AA-(bra))

A AES Cajuína Holding detém 100% do capital de 5 SPEs e têm o direito de exploração de 5 parques eólicos em fase de implantação no RN por 35 anos. É detida pela AES Brasil. A energia gerada foi contratualmente adquirida pela AES Operações (93% da geração a P90, pelo prazo de 20 anos) e pela COPEL (4% da geração a P90 por 13 anos).

O projeto está em fase de implantação, mas os contratos e licenças já foram todos obtidos. Além isso, até o vencimento das debêntures, o projeto conta com garantia corporativa da AES Brasil para 100% do saldo. A expectativa de entrada em operação comercial é 2T/23.

A emissora conta com um vínculo econômico e societário forte com a AES Brasil, uma das principais geradoras privadas de geração renovável do Brasil. A AES Brasil tem rating ESG SCI AAA e nota 9,4 de performance ESG pela Sustainalytics. A emissão AEAB11 é categorizada como Verde.

A estrutura da dívida não apresenta garantias reais, mas a AES Brasil será fiadora de 100% do saldo da emissão até o vencimento das debêntures.

Segundo a metodologia ESG do RBIF11, o projeto apresenta elevada adicionalidade ambiental por ser bem adaptável às mudanças climáticas e por ter 100% da energia gerada através de fonte renovável. A adicionalidade social é média em função da localização do projeto em região de IDH médio (RN: 0,691).

DESCRIÇÃO DOS ATIVOS

BRK Ambiental – Região Metropolitana de Maceió (RMSA12 – AA-(bra))

A BRK RMM foi constituída em dez/20, a partir da conquista do leilão promovido pelo Estado de Alagoas, relativo à concessão dos serviços de água, esgoto e gestão comercial dos serviços de Maceió e 12 municípios vizinhos, no total de 1,5 milhão de pessoas atendidas. O contrato possui prazo de 35 anos e envolveu o pagamento de outorga de R$ 2 bilhões, com capex estimado de R$ 3,8 bilhões, voltados a universalizar os serviços de água (100%) até 2027, o esgotamento sanitário (90%) até 2037 e a redução do índice de perdas, dos atuais 59% para, no máximo, 25% até 2041. A BRK tem a concessão plena em três municípios, e nos demais, a empresa Casal -Companhia de Saneamento de Alagoas.

Dívida indexada ao IPCA e vencimento em 2035; Covenants financeiros: Descumprimento do ICSD manutenção mínimo de 1,2x. Reforço Estrutural: Vedada a distribuição de dividendos até 2032. Permitido após essa data caso o ICSD seja superior a 1,20x. Conta reserva do serviço da dívida (CRSD) de 1 PMT semestral a ser preenchida com o fluxo operacionais

Helio Valgas Solar Participações (HVSP11 – AA-(bra))

Sub-holding controladora de 5 SPEs que compõe o complexo de Hélio Valgas, um projeto de geração solar fotovoltaica de capacidade instalada de 655 MWp, em Várzea da Palma MG). Esse é o maior projeto de geração centralizada controlado integralmente pela Comerc. Os contratos de venda de energia foram assinados em dólar. No entanto, o Projeto, realizou uma operação de Swap no montante da dívida emitida como forma de mitigar variações cambiais na receita.

Sediada em São Paulo, a Comerc consolida um conjunto de empresas que atuam na comercialização de energia elétrica; na gestão de energia para consumidores livres, geradores e pequenas distribuidoras; soluções de eficiência energética, baterias e plataformas de informação e tecnologia e (iv) na geração distribuída e centralizada de energia renovável por fonte solar e eólica. A Comerc detém a maior base de clientes no segmento de gestão de energia no Brasil, está entre as três maiores comercializadoras de energia no Brasil em termos de volume negociado. O projeto apresenta elevada adicionalidade ambiental por ser bem adaptável às mudanças climáticas e por ter 100% da energia gerada através de fonte renovável. A adicionalidade social é média em função da localização do projeto em região de IDH médio (MG: 0,731).

Porto de Itapoá (ITPO1411 – AA(bra))

A Terminais Itapoá iniciou suas operações em jun/11 sob uma autorização federal de 2005. Localizado no litoral norte de SC, atende uma área que incorpora Estados da região S, SE e CO através de acessos terrestre e marítimo. É controlada indiretamente pela Portosul, controlada da Embpar Participações.

A autorização federal atual vigorará até 2039, sem limitações para extensões adicionais. Possui um calado de 16 metros, sendo um dos únicos portos brasileiros prontos para receber os maiores navios de contêineres do mundo, o que é um diferencial competitivo relevante.

DESCRIÇÃO DOS ATIVOS

Linhas 8 e 9 Trens Metropolitanos – CCR Mobilidade (CLMT14 – AA(bra))

Em 2021 a Via Mobilidade conquistou o direito de exploração por 30 anos das linhas 8 e 9 da CPTM. O tráfego de pessoas (PAX) é moderadamente previsível e estável, como resultado de sua demanda cativa de mercado em regiões densamente povoadas. O número de passageiros transportados ainda não atingiu os níveis de 2019 (270 milhões), mas segue em ascensão (145mn [2020]; 150mn [2021]; 20mn [2022] e 225mn [2023]). A tarifa é reajustada 100% pelo IPCA após o 6º ano, sendo mix de índices até o 5º ano. O risco de demanda é mitigado por mecanismo de compartilhamento de risco com o poder concedente Estadual. A emissão de debêntures é sênior, pari passu com outros dois financiamentos de longo prazo do BNDES em termos de garantias e fluxos de pagamentos (3ª emissão e FINEM – subcrédito A). O projeto se beneficia de pacote de garantias reais e fidejussórias adequado, com CF de recebíveis, AF de 100% das ações da emissora, fiança dos acionistas no caso de término antecipado do contrato de concessão, conta reserva do serviço da dívida de 6 meses além de equity support agreement (ESA) com obrigações de aporte dos acionistas em determinadas condições, como sobrecustos e EBITDA abaixo do estabelecido nos documentos.

Via Brasil 320 (VIMT13 – A-(bra))

A Via Brasil MT-320 é a concessionária responsável, até 2049, pela operação, manutenção, conservação e melhoria do trecho de 188,2 Km entre Alta Floresta e Nova Santa Helena da MT-320 e MT-208. A Companhia está em uma região estratégica para o desenvolvimento da agricultura no Brasil. As rodovias estaduais MT-320 e MT-208 são a principal rota para interligar os municípios das regiões Norte e Noroeste do Mato Grosso com a rodovia federal BR-163, o maior eixo de transporte e escoamento da produção do Estado.

A Via Brasil MT 320 foi constituída por um consórcio de empresas com expertise nas áreas de concessões públicas, infraestrutura rodoviária, tecnologia e serviços para atuar como operadora de serviços públicos concessionados.

As debêntures são seniores em fluxos e garantias, amortizáveis até dezembro de 2036, com principal indexado ao IPCA. O covenant financeiro para atingimento do completion físico-financeiro é ICSD > 1,3x a partir de 2030, apurado anualmente. Até lá, o projeto conta com fianças não solidárias dos acionistas (52% Conasa). Há conta reserva de 1 PMT semestral e gatilho de distribuição de recursos aos acionistas no caso de baixa performance. Há também limitação de endividamento adicionais até R$ 1,5 milhão.

Metrorio (MTRJ19 – AA+(bra))

A Concessionária MetroRio tem sob seu controle a administração, manutenção e operação das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro, que juntas circulam entre a Zona Sul, a Zona Norte e o Centro, por 36 estações em 42 km. O MetroRio também presta os serviços de operação, manutenção do material rodante, sistema e infraestrutura para a Linha 4. Com 12 km de extensão e 5 estações, a linha 4 faz a conexão da Zona Oeste à Zonal Sul do Rio de Janeiro.

A empresa iniciou suas operações em abrço de 1979 e é operada pela iniciativa privada desde 1998. O contrato de concessão possui prazo de 40 anos, após a prorrogação de 2007, com vencimento em janeiro/2038.

Recentemente a concessão vem experimentando recuperação da demanda, teve sucesso no reajuste tarifário (+12%), conseguiu waiver para troca do preenchimento da conta reserva do serviço da dívida por fianças bancárias e o Poder Concedente reconheceu um direito a R$ 328 milhões a título de ressarcimento dos impactos da pandemia. R$ 164 milhões já foram recebidos..

A estrutura da dívida é padrão project finance, com garantias e Covenants. O projeto apresenta alta adicionalidade ambiental devido ao elevado potencial de redução de emissões de GEE. A adicionalidade social é média em função da localização do projeto em região de IDH elevado mas disperso (RJ- 0,80).

DESCRIÇÃO DOS ATIVOS

Açucareira Quatá / Grupo Zilor (QUAT12 e QUAT 13 – A(bra))

A Zilor S.A. é uma multinacional brasileira de capital fechado, com atuação no setor sucroenergético há 76 anos, estando entre as dez principais empresas do país, com capacidade de moagem de cana-de-açúcar de 12,2 milhões de toneladas. Atua com o cultivo e processamento de cana para produção de açúcar, etanol e energia elétrica; e ingredientes naturais - Biorigin, para alimentação humana e animal. É uma das maiores acionista da Copersucar (~13%), maior empresa brasileira de açúcar e etanol e que desempenha papel importante na negociação e comercialização de açúcar globalmente. Na safra 21/22, atingiu recorde de faturamento líquido de R$ 3,2 bilhões (+33% A/A), mantendo baixa alavancagem (DL / EBITDA) de 1,3x e liquidez adequada.

A Zilor torna-se uma multinacional em 2008 com a aquisição da PTX Food (EUA) e da Immunocorp Animal Health (Noruega). Em 2016, a Biorigin investe na expansão da sua capacidade de produção na unidade de Quatá (SP). A Companhia focará no crescimento da Biorigin nos próximos anos, negócio com maior valor agregado. Em 2018/19, a empresa passou por uma reorganização patrimonial, visando simplificar sua estrutura (Projeto Renova Zilor). Esse projeto englobou duas grandes operações, efetivadas em 31 de dezembro de 2018: Incorporação da Usina Barra Grande de Lençóis S.A. e Açucareira Zillo Lorenzentti S.A. pela Açucareira Quatá S.A. Alienação dos estabelecimentos agrícolas da Companhia Agrícola Quatá, compreendendo o complexo de bens organizados da atividade agrícola para a Açucareira Quatá S.A.

Brisanet (BRST11 – A+(bra))

A Companhia de telecomunicações foi fundada em 1997 com foco no atendimento a clientes com serviços de internet fixa. Atualmente, opera exclusivamente na região NE (CE, RN, PE, PB) cobrindo mais de 200 cidades. Destaca-se pelo desenvolvimento de tecnologia in house, tendo sido pioneira na implementação de internet via infraestrutura de rádio no NE. Em 2011, a Brisanet se tornou a 1ª empresa brasileira a levar, em grande escala, o cabeamento de fibra ótica diretamente ao consumidor final, sendo que hoje 100% dos clientes estão ligados por fibra ótica.

Seu modelo de negócios é abrcado pela atuação majoritária em cidades do interior, com posterior migração para a capital de tal estado. Em 2019, a Companhia iniciou um novo ciclo de crescimento, tendo atingido a abrca de 754 mil clientes em jul/21. Com isso, se tornou a 4ª maior operadora do Brasil e a 3ª maior quando considerados somente clientes ligados a Fibra ótica. A Companhia realizou IPO e captou R$ 1,25 bilhão.

A estrutura da dívida é corporativa, mas conta com garantias reais e fiança dos acionistas. O covenant financeiro é de DL / EBITDA < 3,5x.

Americanet (ANET12 – A(bra))

Fundada em 1996 e sediada em Barueri, a America Net é uma empresa brasileira presente em 106 cidades (4 Estados) no segmento B2C e 448 cidades (Brasil todo) no B2B. No B2C oferece telefonia fixa, conexões de alta velocidade e telefonia móvel. No B2B, oferece soluções integradas de telefonia, soluções de firewall, telefonia móvel e links dedicados. Seu fundador Lincoln Oliveira detém 30%, enquanto as firmas de private equity Warburg Pincus e Invest Tech detém 49% e 20% respectivamente.

Concentrando a atuação em fibra ótica, com rede de backbone 100% própria com mais de 50 mil km de extensão, expectativa de contínuo e forte crescimento em expansão orgânica e M&A especialmente no CO e SE, com penetração de mercado ainda menor mas com rentabilidade superior à média da indústria, a America Net deve continuar expandindo a atuação no B2C (70%-75% das receitas). Nos últimos 18 meses a empresa vem adquirindo controles em operadores de rede com infraestrutura própria e carteiras de clientes em várias regiões metropolitanas.

A emissão ANET12 é amortizável, indexada ao IPCA e vencimento em 2030, duration de 5,7 anos. Conta com covenants financeiros de DL / EBITDA < 3,5x (2022) decadente até 2,3x (2023 em diante). Não há contas reservas. Reforços estruturais: Trava na distribuição de dividendos além do mínimo legal. Garantias reais: CF de direitos creditórios e recebíveis em conta vinculada proveniente de contratos firmados pelo grupo em montante equivalente ao valor da PMT subsequente e Fiança das empresas do grupo (~R$ 234 milhões).

O projeto apresenta baixa adicionalidade ambiental devido ao baixo potencial de redução de emissões de GEE. A adicionalidade social é baixa em função da localização do projeto em região de IDH já elevado (PR - 0,769).

DESCRIÇÃO DOS ATIVOS

Vero S.A. (VERO12 – A(bra))

A Vero é uma das maiores provedoras independentes de banda larga (ISP) de fibra ótica no Brasil, com atuação em 200 cidades nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país. Fundada em 2019, após a fusão de oito ISPs independentes de fibra ótica do interior de Minas Gerais, a Vero foi bem sucedida na sua rápida expansão, aplicando seu modelo de negócio padronizado, escalável e estruturado, com ampla infraestrutura de rede própria e foco na alta qualidade de serviço como diferencial competitivo. A empresa é controlada pela empresa de private equity Vinci Capital Partners, que detém 65% do capital, e conta com uma equipe de gestão experiente e com largo track record no setor de telecomunicações.

A Vero expandiu sua base de clientes de 135 mil em 2019 (39 cidades) para 742 mil ao final de 2022, através de uma estratégia de expansão orgânica e inorgânica bem executada, que contou com a aquisição de 18 empresas e lançamento de seus serviços (de forma orgânica) em 49 novas cidades. A recente aquisição da Fixtell (32 mil clientes em 4 cidades), abrca a entrada da Vero no Centro-Oeste brasileiro, estabelecendo uma plataforma para consolidar uma nova região. O crescimento da Vero se beneficia de três tendências no setor: i) a crescente demanda por banda larga, ii) a maior competitividade da fibra ótica, substituindo tecnologias ultrapassadas (principalmente cobre), e iii) um setor excessivamente fragmentado, com cerca de 7,3 mil ISPs reguladas no Brasil. Apesar da expansão acelerada, a Vero manteve um pataabr de alavancagem estável de 2,8x DL / EBITDA.

Recentemente a Vero e a Americanet anunciaram uma fusão dos seus respectivos negócios, potencialmente consolidando a posição das duas empresas com relevantes ganhos de escala, e claras sinergias. O negócio precisa da aprovação dos órgãos reguladores.

O projeto apresenta baixa adicionalidade ambiental devido ao baixo potencial de redução de emissões de GEE. A adicionalidade social é baixa em função da localização do projeto em região de IDH já elevado.

Iguá Rio de Janeiro (IRJS14 – A+(bra))

A A Iguá Rio opera a concessão de saneamento decorrente do leilão do Bloco 2 da CEDAE, com duração de 35 anos. A concessão abrange uma população de 1,2 milhão de habitantes em áreas de alto poder aquisitivo do Rio de Janeiro (Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Recreio), representando mais de 95% da receita, além de outros 2 municípios. A concessão tem perfil maduro, com altos índices de cobertura de água (95%) e esgoto (84%), atendendo um público premium, composto principalmente por grandes condomínios, que geram a maior parte da receita (6% das conexões representam 2/3 do faturamento), e apresenta baixos níveis de inadimplência em comparação a média do Estado. Com demanda inelástica e uma tarifa indexada à inflação, a concessão tem uma receita altamente previsível. Devido ao perfil maduro e aos altos índices de cobertura, os investimentos necessários na concessão são relativamente baixos, totalizando cerca de R$2,2 bilhões ao longo da concessão, com aprox. R$300mm anuais nos primeiros anos. Os investimentos incluem principalmente aumento da cobertura e obras de baixa complexidade. Como resultado, a concessão apresenta forte geração de caixa operacional já no primeiro ano, cobrindo todos os investimentos necessários. A Iguá Rio se beneficia da experiência de sua controladora, a Iguá Saneamento, uma das maiores empresas privadas de saneamento do país, com um portfólio de 15 concessões e 3 PPPs no setor. A Iguá conta com forte suporte de acionistas de destaque, como CPP (Canada Pension Plan Investments), AIMco (Alberta Investment Management Corp.), BNDESPar e IG4 Capital, que investiram cerca de R$3,4 bilhões na empresa nos últimos 5 anos. Por sua vez, a Iguá Rio recebeu aporte de R$2 bilhões da holding para financiar a aquisição do Bloco 2 da CEDAE. A Iguá Rio representa cerca de 60% da receita do grupo.

Origem energia (ORIG11 – A(bra))

A Origem é uma empresa integrada de energia e infraestrutura. Possui autorização para operar 14 concessões de campos maduros de gás natural dos quais 13 estão localizados em terra (onshore) e 1 em águas rasas (offshore) nos estados de Alagoas, Bahia, Espírito Santo e Rio Grande do Norte, além de 18 blocos exploratórios localizados nas Bacias Sergipe-Alagoas e Tucano Sul. Como resultado de sua estratégia de aquisição, os ativos de infraestrutura da Companhia são compostos por: 300 km de dutos para escoamento e movimentação de petróleo e gás natural, com conexões diretas com (a) a malha de transporte de gás natural da Transportadora Associada de Gás S.A. (“TAG”) e (b) o Terminal Aquaviário de Maceió (TAMAC), para exportação de petróleo; Uma unidade de processamento de gás natural (“UPGN”), com capacidade de processamento de 1,8 milhão m³ de gás natural por dia, atualmente em processo de expansão para comportar adicionais 1,5 milhão m³ de gás natural por dia e dois projetos termelétricos com capacidade combinada de 280 MW, prontos para participação em leilões de reserva de capacidade de potência.

A empresa iniciou suas operações em abrço de 1979 e é operada pela iniciativa privada desde 1998. O A estrutura da dívida é padrão project finance, com garantias e Covenants. O projeto apresenta alta adicionalidade ambiental devido ao elevado potencial de redução de emissões de GEE. A adicionalidade social é média em função da localização do projeto em região de IDH elevado mas disperso (RJ- 0,80).

DESCRIÇÃO DOS ATIVOS

Elleven Energy (24DEC2038 – AA-(bra))

A Elleven Energy é uma S.A. detentora dos direitos de exploração do fornecimento de energia solar de 2 complexos de usinas solares no modelo de geração distribuída. A energia gerada será totalmente arrendada para a Matrix comercializadora (brA – S&P) pelo prazo de 15 anos. Segundo a metodologia ESG do RBIF11, o projeto apresenta elevada adicionalidade ambiental por ser bem adaptável às mudanças climáticas e por ter 100% da energia gerada através de fonte renovável. A adicionalidade social é elevada em função da localização do projeto em região de IDH médio (Mato Grosso: 0,69 x 0,77 do Brasil).

Concessionária MS 306 (CNRD11 – A(bra))

A concessão da MS-306 foi assumida pelo grupo Way 306 em 2020 com início da cobrança de pedágio em abr/21. A concessão é estadual, regulada pelo SEINFRA-MT, se desenvolve ao longo da fronteira de Mato Grosso do Sul com Goiás, compreende todos os 219.5km de extensão da rodovia e atende desde a divisa com Goiás até Cassilândia-MT com 3 praças de pedágio, 3 Serviços de Atendimento ao Usuário e 2 Postos de Fiscalização. O contrato de concessão tem prazo de 30 anos, vencendo em abr/50.

A estrutura acionária é composta por 5 construtoras de médio porte e tem como líder a GLP Participações

.O fluxo de veículos é composto principalmente por veículos pesados (85%) que escoam as produções de milho, soja, cana-de-açúcar e outros produtos agrícolas para o SE.

A estrutura da dívida é padrão para project finance, seniores em fluxos e garantias, amortizáveis, indexadas pelo IPCA e com garantias reais e Covenants. Segundo a metodologia ESG do RBIF11, o projeto apresenta baixa adicionalidade ambiental devido ao baixo potencial de redução de emissões de GEE. A adicionalidade social é baixa em função da localização do projeto em região de IDH já elevado (MS - 0,762).

Terminal Santa Catarina (CJEN13 – A+(bra))

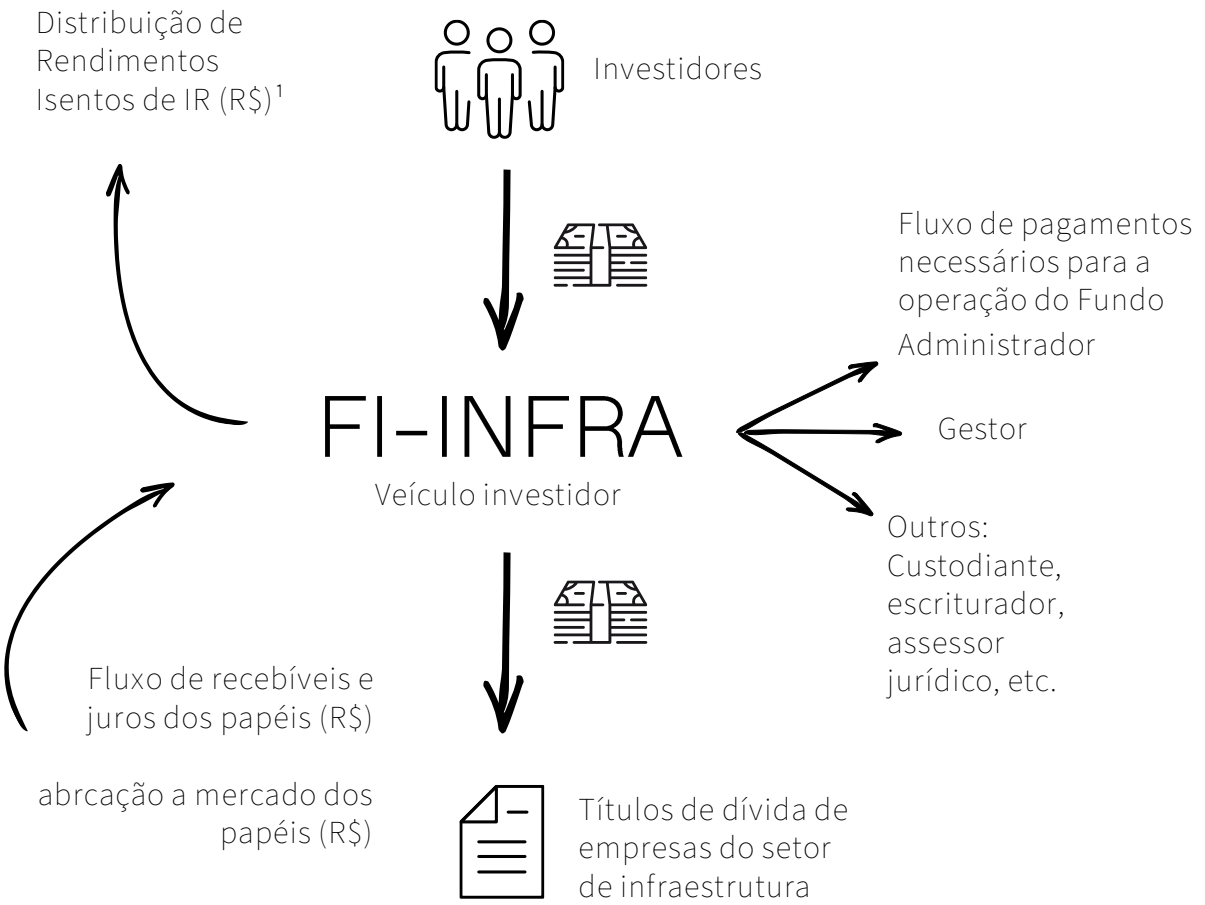
Em 1996, o Governo do Estado deu início ao arrendamento do Terminal Portuário de Santa Catarina (TESC), que começou a operar junto ao Porto de São Francisco do Sul em 2001. O contrato foi renovado em 2017, vencendo em 2046;

O terminal, localizado no complexo portuário de São Francisco do Sul, é acessado pela rodovia BR-101 e por uma malha ferroviária, e fica próximo de grandes regiões produtoras de grãos. Atualmente focado em produtos siderúrgicos e celulose, também opera carga geral e de projeto.

Em outubro do 2021 - A trading de grãos Agribrasil comprou uma participação majoritária no capital social de TESC. O porto possui três berços de atracação, sendo que um deles –após obras de remodelagem– terá capacidade máxima anual para escoar cerca de 7,5 milhões de toneladas. A estrutura da emissão de debêntures é robusta, sênior em fluxo e garantias, amortizáveis até dez/35, com principal indexado ao IPCA. O covenant financeiro para atingimento do completion físico-financeiro é ICSD > 1,1x a partir de 2024, apurado anualmente. Há Conta Reserva do Serviço da Dívida de 6 meses (1 PMT vicendo) e trava na distribuição de recursos aos acionistas.

Segundo a metodologia ESG do RBIF11, o projeto apresenta baixa adicionalidade ambiental devido ao baixo potencial de redução de emissões de GEE. A adicionalidade social é baixa em função da localização do projeto em região de IDH elevado (Joinville: 0,809).

O QUE É UM FI-INFRA



Fundo fechado:

condomínio fechado de recursos para investimento conforme a política do fundo. Neste formato, não é possível resgatar as cotas, apenas transacionar em bolsa

Ambiente econômico favorável e arcabouço jurídico robusto

Crescente oferta de projetos e aumento do número de leilões com presença cada vez maior dos agentes privados.

Distribuição de rendimentos

Pagamentos de rendimentos, geralmente mensais ou trimestrais, a depender do veículo. O RBIF11 tem rendimentos mensais.

Proteção contra inflação

Papeis geralmente atrelados ao IPCA, o que torna o veículo uma proteção contra inflação no longo prazo.

Gestão ativa e especializada

Equipe profissional responsável pela seleção, alocação e monitoramento dos ativos.

Este material foi elaborado pela Rio Bravo Investimentos Ltda. (“Rio Bravo Investimentos”), inscrita no CNPJ sob nº. 03.864.607/0001-08, e não deve ser considerado um relatório de análise para fins. Este material tem caráter meramente informativo, não constitui e nem deve ser interpretado como sendo material promocional, solicitação de compra ou venda, oferta ou recomendação de qualquer ativo financeiro, investimento, sugestão e alocação ou adoção de estratégias por parte dos destinatários. Os prazos, taxas e condições aqui contidos são meramente indicativos. As informações contidas nesse material foram consideradas razoáveis na data em que ele foi divulgado e foram obtidas de fontes públicas consideradas confiáveis. A Rio Bravo Investimentos não dá nenhuma segurança ou garantia, seja de forma expressa ou implícita, sobre a integridade, confiabilidade ou exatidão dessas informações. Este relatório também não tem a intenção de ser uma relação completa ou resumida dos mercados ou desdobramentos nele abordados. Os ativos, operações, fundos e/ou instrumentos financeiros discutidos nesse material podem não ser adequados para todos os investidores. Este material não leva em consideração os objetivos de investimento, situação financeira ou necessidades específicas de qualquer investidor. Os investidores devem obter orientação financeira independente, com base em características pessoais, antes de toabr uma decisão de investimento. Caso os ativos, operações, fundos e/ou instrumentos financeiros sejam expressos em uma moeda que não a do investidor, qualquer alteração na taxa de câmbio pode impactar adversamente o preço, valor ou rentabilidade. A Rio Bravo Investimentos não se responsabiliza por decisões de investimentos que venham a ser tomadas com base nas informações divulgadas e se exime de qualquer responsabilidade por quaisquer prejuízos, diretos ou indiretos, que venham a decorrer da utilização deste material ou seu conteúdo. Este material é destinado à circulação exclusiva para a rede de relacionamentos da Rio Bravo Investimentos, podendo ser divulgado também em seu site. Fica proibida a reprodução ou redistribuição para qualquer pessoa, no todo ou em parte, qualquer que seja o propósito, sem o prévio consentimento expresso da Rio Bravo Investimentos. Para maiores informações sobre os produtos, tabelas de custos operacionais, acesse www.riobravo.com.br. LEIA O MATERIAL ANTES DE INVESTIR. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA. A RENTABILIDADE DIVULGADA NÃO É LÍQUIDA DE IMPOSTOS. FUNDOS DE INVESTIMENTO NÃO CONTAM COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO FGC. ESTE FUNDO TEM MENOS DE 12 (DOZE) MESES. PARA AVALIAÇÃO DA PERFORMANCE DE UM FUNDO DE INVESTIMENTO, É RECOMENDÁVEL A ANÁLISE DE, NO MÍNIMO, 12 (DOZE) MESES. A RENTABILIDADE DIVULGADA NÃO É LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TAXA. AS INFORMAÇÕES PRESENTES NESTE MATERIAL TÉCNICO SÃO BASEADAS EM SIMULAÇÕES E OS RESULTADOS REAIS PODERÃO SER SIGNIFICATIVAMENTE DIFERENTES. A RENTABILIDADE AJUSTADA CONSIDERA O REINVESTIMENTO DOS DIVIDENDOS, JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO OU OUTROS RENDIMENTOS ADVINDOS DE ATIVOS FINANCEIROS QUE INTEGREM A CARTEIRA DO FUNDO REPASSADOS DIRETAMENTE AO COTISTA. DESCRIÇÃO DO TIPO ANBIMA DISPONÍVEL NO FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES. ESTA INSTITUIÇÃO É ADERANTE AO CÓDIGO ANBIMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS.

SAC / Ouvidoria: 0800 722 9910 | ouvidoria@riobravo.com.br.

RIO BRAVO

Impulsionando a geração
de investimentos e
investidores conscientes.

RIO BRAVO

riobravo.com.br

Av. Chedid Jafet, 222 - Bloco B, 3o andar, CJ.32
04551-065, São Paulo - SP - Brasil
+55 11 3509 6600 | +55 11 2107 6600